



XVI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Desafios e Perspectivas da Internacionalização da Construção
São Paulo, 21 a 23 de Setembro de 2016

APO SOBRE INCLUSÃO: O DESENHO UNIVERSAL COMO FERRAMENTA EM CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL¹

SAVI, Aline Eyng (1); DISCHINGER, Marta (2); HESPANHOL, Lays Juliani (3)

(1) UFSC, e-mail: arquiteta.alinesavi@gmail.com; (2) UFSC, e-mail: martadischinger@gmail.com; (3) UNESCO, e-mail: laysjulianih@hotmail.com

RESUMO

O ECA criou modalidades de atendimento como o acolhimento institucional, buscando alterar a realidade histórica de reclusão de crianças e adolescentes no Brasil. O acolhimento não isola e salvaguarda a saúde, educação e moradia; assiste ambos os sexos entre zero e dezoito anos; em processo ou não de adoção, com ou sem família direta ou estendida; e com a tutela do Estado até que os motivos da institucionalização sejam sanados. O processo deveria ser transitório, mas leva meses ou anos. A legislação controla a administração, contudo é generalista quanto ao ambiente construído. As edificações são alugadas, adaptadas ao uso, sem reguladores espaciais que permitem apropriação de uma casa, como a privacidade. Através da APO, apresentam-se resultados parciais da tese de Doutorado, compreendendo os fatores ambientais como necessários para definir o que seria um abrigo e uma casa na ótica institucional. Na APO, observou-se a repetição de práticas de coletividade, justificadas pela organização das rotinas. Acredita-se que para promover inclusão almejada pela legislação, é preciso que os ambientes sejam adequados às necessidades funcionais e psicológicas de seus usuários. Para tanto, diretrizes projetuais que considerem o DU oferecem condições para o usuário participar e interagir, desenvolvendo novas competências cognitivas e sociais.

Palavras-chave: Avaliação pós-ocupação. Casa de acolhimento institucional. Desenho Universal.

ABSTRACT

The ECA has created forms of care such as shelter, seeking to change the historical reality of incarceration of children and adolescents in Brazil. The host does not isolate and safeguard the health, education and housing, assists both sexes between zero and eighteen, in the process or not to adopt, with or without direct or extended family, and the state supervision until the different reasons for institutionalization are healed. The process should be transitory, but it takes months or years. The law controls the administration, but it is general as the built environment. The buildings are rented, adapted to use, without spatial regulators that allow ownership of a house, such as privacy. By POE, we present partial results of the PhD thesis, including environmental factors is necessary to define what would be a shelter and a house in the institutional perspective. In the POE, there was a repetition of collective practices, justified by the organization of the routines. It is believed to promote inclusion longed for by law, it is necessary that the environments are suited to functional and psychological needs of its members. Therefore, projective guidelines that consider the DU offer conditions for the user to participate and interact, developing new cognitive and social skills.

¹ SAVI, Aline Eyng; DISCHINGER, Marta; HESPANHOL, Lays Juliani. APO sobre inclusão: o desenho universal como ferramenta em casa de acolhimento institucional. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 16., 2016, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2016.

Keywords: *Post-Occupation Evaluation. Shelter. Universal Design.*

1 INTRODUÇÃO

A infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade social no Brasil foram tradicionalmente assistidas sob os princípios de vigilância e repressão. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a lei nº 12.010 de 2009 tentaram mudar essa situação, assegurando a proteção integral e criando várias modalidades de assistência entre elas, o acolhimento institucional.

Esse é o modelo mais comum. Ele acolhe crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre zero e dezoito anos incompletos, em processo de adoção ou não, com ou sem família próxima ou estendida. Não implica em reclusão e salvaguarda o direito à saúde, educação e moradia (BRASIL, 1990; BRASIL, 2012). O motivo para a institucionalização nesse modelo é variado, mas relaciona-se frequentemente, ao quadro de vulnerabilidade social (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

O processo de acolhimento é um momento difícil na vida das crianças e adolescentes, porque eles deixam suas famílias para viverem sob a tutela do Estado. Essa situação deveria ser provisória, mas por diferentes razões, leva meses ou anos para se resolver. O resultado é que crianças e adolescentes passam parte expressiva de suas vidas institucionalizadas, ou fazem o processo continuado de ida e volta, entre a instituição e a família de origem.

A legislação brasileira controla a administração desse modelo institucional, mas é generalista e algumas vezes incipiente nas reflexões quanto ao ambiente construído. Há o artigo 92 do ECA, os Códigos de Obras municipais, referentes à higiene e salubridade; e algumas cartilhas desenvolvidas no âmbito federal. Todos limitados no tocante às questões de usabilidade e atributos qualitativos, tão importantes para a apropriação e identidade com o ambiente, especialmente em instituições que substituem (provisoriamente ou não) a casa, como o acolhimento institucional. As instituições atuais são na sua maioria, edificações alugadas e adaptadas ao uso; muitas vezes sem referência de uma habitação doméstica, em razão da coletividade dos ambientes e das funções administrativas ali realizadas (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Acredita-se que a situação (almejada na Legislação brasileira) de provisoriedade nas internações, seja um dos motivos para que não haja reflexões mais profundas sobre esse ambiente construído. Por outro lado, a realidade nacional de longa permanência (média de dois anos, segundo De Assis e Farias, 2013) justifica a necessidade de estudar a situação também sob o olhar do ambiente construído.

O objetivo das mudanças promovidas pelo ECA era do atendimento individual através de pequenos grupos, mas nada garante atualmente, que

isso permita a vivência como numa casa, condição fundamental para a inclusão e o desenvolvimento humano saudável. Para alcançar tal concepção do acolhimento institucional, uma das visões é estudar o ambiente construído a partir das suas regras de uso. Compreendendo-o através de observações qualitativas do usuário, e posteriormente, propor diretrizes projetuais que permitam às crianças e aos adolescentes a vivência de uma casa, através dos princípios do Desenho Universal.

Sob este prisma, objetivam-se a participação com segurança, conforto e autonomia, contribuindo para o resgate do sentimento de lugar e de casa ao viabilizar recursos de privacidade e possibilidade para definir limites e territórios; e fora dos limites físicos fornece mecanismos para a inclusão social, através da atuação política.

O artigo apresentado é parte da tese de Doutorado cujo objetivo geral é: “Compreender e caracterizar o ambiente construído da instituição de acolhimento para refletir como as características e as regras de uso podem contribuir ou não para a inclusão, almejada pela Legislação brasileira”. As reflexões desse artigo estão em: (1) detectar e descrever as atividades cotidianas com o olhar das regras de uso; (2) diagnosticar as necessidades e os problemas encontrados pelos usuários nas atividades cotidianas em seus múltiplos âmbitos a partir da Avaliação Pós-ocupação (APO) (ELALI, 2002; ORNSTEIN, 1992); e (3) propor sugestões projetuais a partir dos princípios do Desenho Universal (MACE, 1991).

Esta avaliação é ainda mais necessária se forem consideradas as condições do ambiente construído como fatores de risco ou de saúde. O modelo de acolhimento substitui de maneira provisória ou não, a estrutura física de casa e psicológica de família. Sabe-se que o contexto ambiental onde a criança e o adolescente crescem e se desenvolvem é crucial nas causas e manifestações dos problemas, especialmente nas questões de comportamento (NEWCOMBE, 1999).

De acordo com Okamoto (2002), o ambiente construído deve oferecer condições para o usuário participar e interagir, desenvolvendo novas competências cognitivas e sociais. O ambiente construído inclusivo pode constituir um elemento importante para estimular e favorecer o estabelecimento dos primeiros conceitos de cidadania e respeito às diferenças humanas.

2 AMBIENTE CONSTRUÍDO E REGRAS DE USO

O ambiente construído é espaço de vida, sujeito à ocupação, leitura, reinterpretação e/ou modificação pelos usuários que interagem com o ambiente social, cultural e psicológico. Fruto do comportamento humano e resultado de uma série de padrões e normas sociais que influenciarão as atividades ali realizadas (FISCHER, 1994). É um conjunto de influências que se

impõe sobre o comportamento, os juízos e as emoções humanas, modelando parcialmente a personalidade (LEE, 1976).

O ambiente construído em razão das suas características permite ou não a sua apropriação. Dentro desse espectro estão as regras de uso - privacidade e territorialidade - consideradas na pesquisa. Num ambiente institucional, equivale ao ato de abrigar contra as intempéries (propriedades físicas), e também as representações sociais que o espaço e seus usos estabelecem, como o "sentimento de estar em casa".

A privacidade é definida como o controle seletivo de acesso a si mesmo ou a um grupo através da regulação dos níveis de interação social e de informação oferecida aos outros. Representa o equilíbrio entre ficar isolado e tornar-se acessível. Como confronto entre aproximação e afastamento, o equilíbrio permite que a pessoa não se sinta violada e/ou ignorada (ALTMAN, 1980).

Nos ambientes estudados, a criança e especialmente o adolescente precisam se submeter às condições ambientais existentes. Com isso, a privacidade é potencialmente prejudicada. Muitas vezes, os acolhidos não tem acesso aos mecanismos de controle de interação, como fechar a porta do quarto ou permanecer isolado num ambiente, gerando mudanças de comportamento - de apatia à agressividade. Ressalta-se que nessas instituições, a privacidade é importante para promover o desenvolvimento infantil, considerando as necessidades do momento, com maior ou menor controle do eu e do acesso ao grupo.

Os territórios são limites e controles entre a pessoa e o ambiente. Gifford (1997, p.120) apresenta a territorialidade como "[...] conjunto de comportamentos e atitudes por parte de um indivíduo ou grupo, baseados em controle percebido, tentado ou real sobre um espaço físico definível, objeto ou ideia, que pode implicar em ocupação habitual, defesa, personalização e demarcação".

Em ambientes institucionais, há a quase ausência de territórios especialmente primários e secundários. Tanto a ausência, quanto a dificuldade de delimitação podem provocar reações agressivas, inclusive relações hierárquicas indesejáveis. Os ambientes institucionais deveriam ter características que permitissem as convenções territoriais de apropriação do lugar, ao contrário dos elementos arquitetônicos que afastam e reforçam a percepção ambiental de território isolado, como grades internas e externas ou ambientes de acesso restrito aos funcionários.

A dosagem dessas regras de uso é que será responsável pela relação de apego ou de medo com o ambiente construído. Afinal, no processo de desenvolvimento infantil, há necessidade de domínio, ao contrário da intimidação. É fundamental liberdade para explorar e testar as habilidades. A apropriação ambiental para crianças e adolescentes requer incentivar as

experiências de aprendizagem, através de um ambiente que disponha de complexidade num nível adequado ao desenvolvimento e regulando regras de uso (TRANCIK; EVANS, 1995).

Nessa visão, compreender como o ambiente é percebido e representado é tão, ou mais, crucial do que a compreensão da maneira como ele está organizado pelo ser humano (RAPOPORT, 1977). O homem constrói imaginários sobre a realidade, refazendo constantemente o caráter atribuído à relação entre o mundo material e simbólico, objetivo e subjetivo.

3 AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO E INCLUSÃO

Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa tiveram como objetivo responder ao questionamento: “Qual a compreensão do modelo institucional a partir da representação dos sujeitos envolvidos, especialmente as crianças e os adolescentes?”. Tratou-se de identificar características singulares na relação homem-ambiente.

Para alcançar as respostas, a pesquisa delineou-se como qualitativa, teórica e empírica; realizada através de estudo de caso. Em se tratando de ambientes instáveis e/ou vulneráveis, essa busca pelos fenômenos tal como são vividos pelas pessoas do lugar, se revela de fundamental importância.

O estudo de caso inseriu como elemento essencial do processo de investigação a APO porque estuda o ambiente construído durante seu uso, ampliando a investigação para dados quantitativos – funcionais e também, qualitativos – comportamentais. Dessa maneira, permite que os resultados: discutam a qualidade de vida dos usuários; analisem as questões a partir de vários fatores e multi métodos; contemplem os pontos de vistas dos diversos agentes envolvidos; e [principalmente, para essa pesquisa] construam arcabouço teórico inter e multidisciplinar compatível com a complexidade das tarefas (ELALI, 2002).

O estudo de caso com o uso da APO passou por três momentos, cujas particularidades são apresentadas a seguir. Cada uma delas foi fundamental para a construção da etapa seguinte, reconhecendo um processo gradativo e cumulativo de apropriação das informações.

A primeira aproximação iniciou através de contatos com a coordenação e a equipe técnica das instituições, a fim de explicitar os objetivos da pesquisa. Foram realizadas as primeiras visitas às entidades para iniciar as observações que resultaram na compreensão da infraestrutura do ambiente institucional. Essa aproximação foi gradativa e teve como meta a participação dos mesmos para as próximas etapas da pesquisa. A delimitação do tempo para término dessa etapa foi empírica, a partir da percepção da pesquisadora de que sua presença não mais incomodava as atividades realizadas.

Na etapa seguinte, aconteceram as vistorias acerca do ambiente construído, coletando informações quantitativas e qualitativas. Os resultados foram a produção de material gráfico que documentou os aspectos básicos da edificação e classificação dos princípios do Desenho Universal.

A terceira etapa requereu mais tempo de pesquisa. Nela foram aplicadas as observações não participantes, com avaliação dos "behavior settings" mais comuns nos ambientes: dormitórios, salas de estar e cozinhas. O objetivo dessa investigação foi levantar dados sobre as atividades da casa para posteriormente, relacionar ao instrumento seguinte, confirmando ou refutando os comportamentos mais singulares. Este último instrumento foi a avaliação de traços de comportamento. Ele permitiu a busca de sinais de ocupação sem que a presença do usuário fosse necessária (SOMMER; SOMMER, 2002), por exemplo, um quarto com pôsteres de bandas de rock ou com um objeto pessoal sobre a cama.

A abordagem da pesquisa objetivou abarcar o sistema de representações sociais que traduzissem os significados (MINAYO, 2009). A síntese dos dados foi subdividida em três etapas: (1) ordenação, (2) classificação e (3) análise. Esse tratamento conduziu a teorização sobre os dados, produzindo confronto entre a abordagem teórica e a investigação de campo.

É preciso destacar que a maior dificuldade nas pesquisas com pessoas institucionalizadas está na falta de iniciativa e posicionamento à crise de vida humana, agravada pela ausência de interações com o espaço, gerando o que Sommer (1973) classifica de "mal do institucionalizado". Dessa maneira, o uso da APO permitiu: a compreensão da realidade da instituição; a reflexão do processo de habitar no modelo atual; e espera-se, numa escala maior, a possibilidade de mudança de paradigmas arquitetônicos com a inclusão de usuários no processo até então regulados por terceiros.

4 RESULTADOS PARCIAIS: DU COMO DIRETRIZ

Nessa pesquisa, o conceito do Desenho Universal é entendido como o projeto de espaços para atender simultaneamente o maior número de pessoas com diferentes características, de crianças a idosos; permitindo o uso de forma autônoma, segura e confortável (MACE, 1991).

Os resultados apresentados são parciais e se concentraram nos dormitórios. A preferência por esse ambiente está na ligação com a territorialidade e privacidade. O quarto é o primeiro domínio espacial da criança e do adolescente. Ele pode possuir propriedade individual ou compartilhada, mas sempre haverá relação de posse.

Nos estudos de casos, percebeu-se que os dormitórios são coletivos, acolhendo até seis crianças, divididas em três faixas etárias: berçário (entre zero e quatro anos), infantil (entre cinco e doze) e adolescente (entre doze e

dezoito). Nem todas as instituições possuem infraestrutura para dividir os sexos. Dessa maneira, a solução é: acolher no mesmo ambiente menino e menina; ou atender somente um dos sexos. Essa última atitude é condenada oficialmente pela Legislação e normativas brasileiras.

Nos dormitórios estudados, percebeu-se: independente da faixa etária, não é permitido o isolamento, através da ação de fechar a porta do quarto. As apropriações do ambiente são restritas às camas, através de objetos (figura 01). Os armários são coletivos, inclusive são raras as posses de roupas e outros objetos pessoais. Constatou-se também, que em prol da organização da rotina, há rigor nos horários e afazeres. É comum que sejam realizadas atividades para interação dos grupos, desrespeitando as características particulares de cada acolhido e estimulando os sentimentos de coletividade, em detrimento à individualidade, como se esse sentimento fosse de todo maléfico.

Figura 01 – Modelo de demarcação



Fonte: AUTORES, 2015

Na maioria das casas de acolhimento, o mobiliário encontra-se em bom estado de conservação (figura 02). É geralmente, fruto de doações, e por isso respeitavam as normas de dimensionamento padrão.

Figura 02 – Modelo de mobiliário em casa de acolhimento



Fonte: AUTORES, 2015

Com base nos sete princípios do Desenho Universal, foram propostas algumas diretrizes apresentadas a seguir de maneira resumida. O objetivo é aproximar o uso cotidiano das instituições com a relação de uma casa.

1. Uso equitativo: propor que os dormitórios sejam dimensionados considerando padrões antropométricos distintos da infância e adolescência, e ainda, que haja a efetiva divisão por sexos. O universo

institucional atribui padrões residenciais com número de habitantes maior do que aqueles encontrados nas famílias brasileiras, atendendo cerca de 20 crianças e adolescentes. O resultado é que os acolhidos têm de realizar a maior parte das atividades cotidianas e de cuidados pessoais sozinhos ou com menor supervisão. Dessa maneira, propor espaços e objetos que possam ser utilizados por usuários com capacidades diferentes faz-se fundamental. Roupeiros e prateleiras com acessos reguláveis, camas com assentos mais baixos, são alguns dos recursos para permitir o uso independente.

2. Uso flexível: permitir que os ambientes atendam às diferentes necessidades dos usuários. Por exemplo, nos dormitórios acontecem as atividades de descansar, estudar, brincar; todas requerem necessidades espaciais distintas. Delimitar “zonas de atividades” viabiliza o uso por diferentes públicos no ambiente compartilhado.
3. Uso simples e intuitivo: entende-se como necessária a divisão dos usuários em pelo menos três grupos. Dessa reflexão, surge a necessidade do desenho de dormitórios considerando o grau de conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração. Por exemplo, ao investigar a privacidade, a criança não tem necessidade, mas o adolescente gradativamente requer maiores graus de domínio do ambiente e de regulação da interação com os outros.
4. Informação de fácil compreensão: permitir e viabilizar o uso dos ambientes, tal como ter objetos de uso pessoal em fácil acesso, considerando as características de cada idade. Por exemplo, criado mudo ao lado das camas ou prateleiras sobre as mesmas (figura 03), permite a compreensão assertiva do “proprietário” daquele local e dos objetos.

Figura 03 – Prateleiras sobre as camas



Fonte: AUTORES, 2016

5. Tolerância ao erro: em razão das crianças e dos adolescentes realizarem atividades de forma autônoma, os ambientes devem considerar a segurança na concepção de ambientes e a escolha dos materiais de acabamento e demais produtos. Uma das referências devem ser as normas regulamentadoras brasileiras.
6. Esforço físico mínimo: para evitar acidentes infantis, dimensionar elementos e equipamentos para que sejam utilizados de maneira eficiente, segura e confortável. Se possível, ter acesso visual às áreas

externas sem que se precise subir em objetos. A ligação com a rua é fundamental para crianças e adolescentes em situação de internação. Ela permite que os internos não desenvolvam patologias psíquicas e físicas, entre elas o “mal do institucionalizado”.

7. Dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente: permitir acesso e uso confortáveis para os usuários, possibilitando o alcance visual dos ambientes e produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação social brasileira ainda não permite que se extingam as casas de acolhimento, visto que atuam como substitutos (temporários ou não) da moradia de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A legislação nacional exige que os acolhidos não sejam destituídos do convívio familiar e social. Para que se alcance o tratamento de inclusão almejado, um dos olhares deve ser a avaliação do ambiente construído a partir dos princípios do Desenho Universal, para eliminar (ou minimizar) as barreiras que dificultam o processo de pertencimento a algum lugar durante a institucionalização.

As barreiras atitudinais, especialmente por parte da sociedade brasileira, são de resolução mais complexas. Todavia as físicas também dificultam ou limitam o uso do ambiente construído conforme as atividades cotidianas de uma casa, descaracterizando o objetivo da legislação de incluir e manter o convívio familiar e social.

Nesse contexto, o Desenho Universal foi utilizado para alcançar uma visão de projeto que envolve objetos, ambientes e edificações considerando a diversidade e conceitos de inclusão social e de cidadania. Buscou-se viabilizar a participação dos usuários em todas as atividades cotidianas de uma casa. A pesquisa quando aborda o Desenho Universal pretende que além da usabilidade espacial, alcançar a apropriação do ambiente construído, transformando o espaço em lugar. O conceito principal é o de garantir inclusão no período de institucionalização à criança e ao adolescente.

Numa visão polissêmica, inclusão pressupõe que participando, cada indivíduo possa efetuar posteriormente, uma síntese positiva dos elementos envolvidos na sua vida, a partir do que a sociedade considera como padrão de conforto e bem-estar (MATURANA; VARELA, 1995). Numa casa, seja ela institucional ou não, provisória ou permanente, isso acontecerá mediante a possibilidade de cada indivíduo participar ativamente do cotidiano, de reconhecer a possibilidade de apropriar-se.

O ambiente construído influi na adaptação humana e uma arquitetura não adequada à capacidade do usuário pode tornar cada vez mais difícil a execução de tarefas simples, excluindo ao contrário de incluir. É indiscutível a interação constante entre os espaços, pessoas e atividades, tomar atitudes

para garantir uma vida confortável e facilitada durante o período de institucionalização, permitirá a inclusão segura e eficiente com o ambiente doméstico, além de garantir a inclusão, tão almejada pela Legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Irwin; RAPOPORT, Amos; WOHLWILL, Joachim F (Eds.). **Environment and culture**. New York: Plenum, 1980. 351 p.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial.

DE ASSIS, Simone Gonçalves; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367 p.

ELALI, Gleice Azambuja. **Ambientes para educação infantil: um quebra-cabeça? Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área**, 2002. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology**: principles and practice. 4. ed. Boston: Optimal Books, 1997.

FISCHER, Gustave-Nicolas. **Psicologia social do ambiente**. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994. 216 p.

LEE, Terence. **Psicologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 144 p.

MACE, Ronald; HARDIE, Graeme; PLACE, Jaine. **Accessible environments toward Universal Design**. 1991. In: PREISER, W.; VISCHER, J. C.; WHITE, E. T. (Eds.). Design interventions: toward a more humane architecture. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

MATURANA, Humberto Romesin; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Psy II, 1995. 281 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108 p.

NEWCOMBE, Nora. **Desenvolvimento infantil: abordagem de Mussen**. 8. ed. Porto

Alegre: Ed. Artmed, 1999. 561 p.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2002. 261 p.

ORNSTEIN, Sheila. **Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Ambiente Construído**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1992.

RAPOPORT, Amos. **Human Aspects of Urban Form**: Towards a Man Environment Approach to Urban Form and Design. Oxford: Pergamon Press, 1977. 450 p.

SOMMER, Barbara; SOMMER, Robert. **A practical guide to behavioral research**: Tools and techniques. 5. ed. Nova York: Oxford University Press, 2002. 400 p.

SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal**: as bases comportamentais de projetos e planejamentos. São Paulo: EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. 220 p.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary W. **Spaces Fit for Children**: Competency in the Design of Daycare Center Environments. 1995. In: Children's Environments. Colorado, v. 12, n. 03, 1995. p. 43-58.